



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

## COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO SETOR MINERAL

### Ata de 17ª Reunião Ordinária

Local: Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego/Brasília

DATA: 13 (de 14:00 às 17:00 h) e 14 (de 9:00 às 12:00 h) de setembro de 2012

**Presentes: Bancada do Governo:** Mário Parreiras de Faria (MTE/SRTE/MG e Coordenador da CPNM), Márcia Cirsitina Lopes (SRTE/ES), Alexandre Trajano Arruda e Joanes Silvestre da Cruz (DNPM), Renata Alexandra de C. Freitas (Ministério da Previdência) **Bancada dos Trabalhadores:** Reginaldo Célio (SINDIMÁRMORE/ES), Hélio da Luz (CUT/SINDIMINA/RJ); Moacir Gonçalves e Luiz Aquino (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região), **Bancada dos Empregadores:** Hermano Gomes Machado (CNF), Paulo Gargano Rocha (CNI) e Lindomar Martins de Mesquita (CNC).

**Ausências Justificadas: Bancada de Governo:** Lênio Sérvio do Amaral (Fundacentro/MG); Ivone Corgosinho Baumecker (MTE/SRTE/MG); **Bancada dos Trabalhadores:** João Aparecido Trevisan Neto (CUT/CNTSM), **Bancada dos Empregadores:** Cláudia Braga Fernandes Pellegrinelli (CNT) e Rubens Bechara Júnior

A reunião teve início com a apresentação de todos os presentes, após o que o Coordenador da CPNM deu boas vindas a todos e ressaltou a importância da retomada dos trabalhos da Comissão, que ficou sem reunir por quase dois anos em virtude da dificuldade de composição das bancadas. Em seguida realizou-se a leitura da pauta da reunião enviada anteriormente a todos os componentes da bancada. Passou a então à discussão dos pontos da pauta. **Ponto 1.** O Coordenador enfatizou a necessidade de se manter atualizada a composição das bancadas e a participação efetiva de todos de forma a dar o mais respaldo possível às decisões da Comissão. **Pontos 2 e 3.** Proposta de alterações de itens da NR-22 e acréscimo de Anexo III na NR-22. O coordenador enfatizou que a proposta de alterações de itens da NR 22 e acréscimo do Anexo III foi encaminhada por grupo de trabalho constituído no âmbito da Subcomissão Permanente Nacional do setor de Mármore e Granito no Espírito Santo e composto por: Márcia Cristina Lopes (Representante do MTE), José Geraldo Aguiar (Representante da FUNDACENTRO-ES), Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (Representante do DNPM/ES), Afílio Travaglia (Representante do SINDIROCHAS/ES) e Reginaldo Célio (Representante do Sindimármore/ES). A proposta foi encaminhada como forma de se ajustar aqueles itens da NR 22 às condições do setor de rochas ornamentais. Quanto à proposta de acréscimo de Anexo III na NR 22 referente ao equipamento conhecido como “pau de carga”, utilizado na movimentação de blocos de rochas ornamentais, o coordenador da Comissão, a bancada dos trabalhadores e dos empregadores enfatizaram tratar-se de um equipamento obsoleto e que deveria ser substituído por equipamento mais moderno, mas considerando as atuais condições técnicas e econômicas do setor de rochas ornamentais seria preferível regulamentar o seu uso do que não ter qualquer regulamentação sobre este equipamento. Feitas estas considerações passou-se a discutir a proposta de alterações de itens da NR 22 ficando consensadas as alterações nos itens 26.7.6.1; 22.7.8; 22.10.2; 22.12.4e 22.36.13 com acréscimos do item 22.12.4.1 e do Anexo III com as redações a seguir:

**22.7.6.1** Quando o plano de lavra e a natureza das atividades realizadas ou o porte da mina não permitirem a observância do constante na alínea "b" deste item, a largura das vias de trânsito poderá ser de no mínimo uma vez e meia maior que a largura do maior veículo utilizado, devendo existir baias intercaladas para o estacionamento dos veículos e ser adotados procedimentos e sinalização adicionais para garantir o tráfego com segurança, previstas no Plano de Trânsito.

**22.7.8** As vias de circulação de veículos no empreendimento mineiro, não pavimentadas, devem ser umidificadas, de forma a minimizar a geração de poeira.

**22.10.2** Quando os meios de acesso aos locais de trabalho possuírem uma inclinação maior que vinte graus e menor que cinquenta graus com a horizontal deverá ser instalado um sistema de escadas fixadas de modo seguro, com as seguintes características:

- a) possuir degraus e lances uniformes;
- b) ter espelhos entre os degraus com altura entre dezoito e vinte centímetros;
- c) possuir distância vertical entre planos ou lances no máximo de três metros e sessenta centímetros e
- d) ser provida de guarda-corpo resistente e com uma altura entre noventa centímetros e um metro,
- e) ser o piso dotado de material antiderrapante.

**22.12.4** Os equipamentos de guindar devem ser montados, conforme recomendam as normas e especificações técnicas vigentes e as instruções do fabricante.

**22.12.4.1** No caso de utilização de equipamentos de guindar de lança fixa, devem ser obedecidos os requisitos mínimos constantes no Anexo III.

**22.36.13** Uma vez instalada a CIPAMIN, o processamento de toda a documentação referente ao processo eleitoral, atas de eleição e de posse e o calendário anual deverão observar o previsto nos itens 5.14; 5.14.1 e 5.14.2 da Norma Regulamentadora nº. 5.

### **ANEXO III**

#### **Requisitos Mínimos para Utilização de Equipamentos de guindar de lança fixa**

Os requisitos a seguir são específicos para Equipamentos de guindar de lança fixa, aplicando-se, no que couber, ao de lança giratória.

**1- Projeto:** O projeto dos equipamentos deve se elaborado por profissional legalmente habilitado, com a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART

**2- Material da lança:** poderá ser de madeira tratada, aço ou outro material estrutural e dimensionada para os esforços atuantes, conforme as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e na ausência destas, as normas internacionais aplicáveis.

**3- Bases da Lança e dos Estaios:** as bases da lança e dos estaios devem ser rígidas e garantir a estabilidade do equipamento e devem ser projetadas e executadas de forma compatível com a carga máxima e a natureza do solo do local. Os blocos devem ter um afloramento mínimo de 10 cm, de forma que a cava de assento da lança ou dos chumbadores não tenham contato com terra ou umidade.

**4- Fixação da lança:** a extremidade inferior da lança deve ser fixada à base por meio de elementos mecânicos que garantam a estabilidade do equipamento. No caso de uso de bloco de rocha consistente ou de concreto como base da lança, deve-se fazer um entalhe no bloco para sua fixação. A extremidade inferior da lança deve ficar completamente apoiada no entalhe evitando-se esforços desiguais na seção de apoio.

**5- Reforço metálico:** no caso de utilização de lança de madeira deve ser utilizada em sua extremidade superior, dispositivo de reforço metálico, a exemplo do constante no croqui anexo, dimensionado com alças para fixação dos estaios, do moitão superior ou qualquer outro dispositivo de elevação.

**6- Fixação dos estaios nas bases:** devem ser usados chumbadores dimensionados de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e na ausência destas, as normas internacionais aplicáveis, cravados em rocha ou em base de concreto, para amarração dos laços dos cabos de aço.

**7- Dimensionamento dos cabos de aço e confecção dos laços:** Os cabos de aço devem ser dimensionados e os laços confeccionados de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, citadas no item 22.13.1 da NR -22 e na ausência destas, as normas internacionais aplicáveis.

**8- Acesso ao topo da lança:** Deve ser proporcionado meio seguro para acesso ao topo da lança. No caso de utilização de escada devem ser obedecidos os requisitos do item 22.10 – Escadas desta NR-22.

**9- Aquisição de cabos de aço:** Os cabos de aço novos adquiridos devem ser certificados para a carga máxima de utilização prevista, conforme as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e na ausência destas, as normas internacionais aplicáveis. Caso sejam utilizados cabos de aço usados estes devem ser recertificados por organismo credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou ainda, por instituição certificadora internacional, levando-se em conta a carga máxima de utilização prevista.

**10- Lubrificação dos cabos de aço:** Os cabos de aço devem ser lubrificados com produto específico, de acordo com as necessidades operacionais, conforme especificações do profissional legalmente habilitado e instruções do fabricante.

**11- Travamento de eixos e pinos:** Eixos e pinos usados na fixação de cabos, moitões, polias e da carga de içamento devem ser fixados por elementos travantes especificados no projeto construtivo.

**12- Fixação da roda de manobra ao pé da lança (“Catarina”):** Se utilizada, esta deve ser fixada por meio de elementos mecânicos projetados e dimensionados para garantir a segurança das operações.

**13- Inspeções nos cabos de aço:** Devem ser realizadas inspeções periódicas, por profissional capacitado, em intervalos definidos nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e na ausência destas, as normas internacionais aplicáveis.

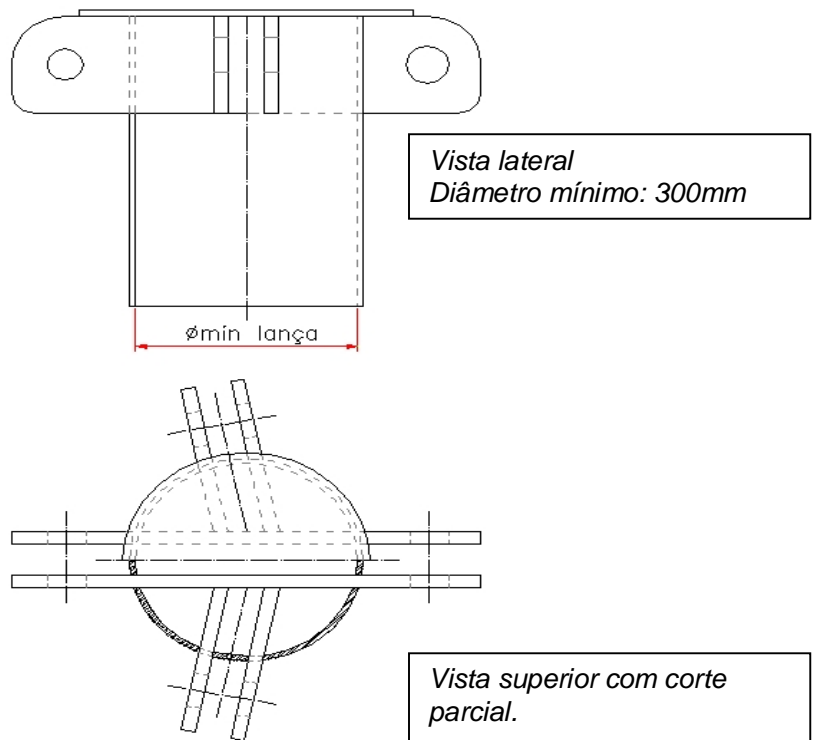
**14- Indicação da capacidade de carga:** Na lança deve ser instalada, em local de fácil visualização, placa com indicação de sua capacidade máxima, do fabricante e do responsável técnico e respectivo registro no Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura - CREA.

**15- Registros:** Devem ser registrados em meio eletrônico, pasta ou livro, os dados das intervenções realizadas no equipamento como: laudos técnicos, inspeções periódicas, manutenções preventivas e corretivas, trocas de cabos de aço, nota fiscal de aquisição dos cabos de aço e cópia do respectivo certificado, lubrificação dos cabos, troca de peças, acidentes ocorridos e outros dados pertinentes ao equipamento. Nos registros de manutenção devem estar indicados os nomes dos executores. Os registros devem estar disponíveis aos órgãos fiscalizadores.

**16- Operação de arraste:** O equipamento não pode ser utilizado em operações de arraste de blocos.

**17- Montagem e realocação:** A montagem e a realocação do equipamento devem ser supervisionadas e atestadas por profissional legalmente habilitado, com a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.

#### **CROQUI DO REFORÇO METÁLICO PARA LANÇA DE MADEIRA**



Foi rejeitada a proposta de se acrescentar item relativo ao treinamento específico em minas a céu aberto visto reduzir a carga horária de treinamento. As bancadas dos empregadores e trabalhadores enfatizaram que o treinamento é fundamental nas atividades de mineração e que não se deveria reduzir a sua carga horária. Também foi eliminada da proposta do Anexo III a tabela em que se prescrevia a “Quantidade, espaçamento e torque de cliques de serviço pesado” visto tratar-se de dados de fabricante específico e que o Anexo deve fazer referências as Normas da ABNT, como constante no texto

aprovado. **Ponto 4.** Realização de Seminário sobre a NR-22. O coordenador informou que esta proposta havia sido discutida recentemente durante encontro informal com representantes da Confederação Nacional do Setor Mineral, tendo o seminário o objetivo de discutir os avanços e as dificuldades de implementação da NR 22, visto que esta norma já tem 12 anos de vigência. O coordenador esclareceu que o seminário deveria ser dividido em dois momentos. O primeiro momento seria dedicado à discussão entre as bancadas da CPNM e o segundo momento seria aberto ao público com palestras e discussões com convidados. A proposta é realizar o seminário em Belo Horizonte. O coordenador da CPNM relatou que o Diretor do DSST apoia a proposta, mas que não há condições de bancar financeiramente o evento e por isto deve-se buscar parcerias com outras instituições. As bancadas dos trabalhadores e empregadores também apoiaram a proposta, mas concluíram que não há condições de realizar o seminário neste ano face ao tempo disponível. O coordenador se prontificou a detalhar mais a proposta, buscando sugestões junto à CNTSM. **Ponto 5.** Funcionamento da Comissão (cronograma de reuniões). Ficou decidido que as reuniões deverão ser realizadas nos meses de março, maio, agosto e novembro, de preferência em Belo Horizonte, face à facilidade de deslocamento dos membros da Comissão para aquela cidade. **Ponto 6.** Outros assuntos. O Diretor do DSST esteve na abertura da reunião do dia 14 de setembro dando boas vindas a todos e ressaltando a importância da reativação da CPNM. Informou sobre a questão do número reduzido de auditores fiscais e ressaltou o esforço que tem sido realizado pela SIT/DSST no sentido de se promover a realização de concurso público para novos auditores, adequando seu número às necessidades. Questionado pela bancada dos trabalhadores sobre a questão de os trabalhadores terem um melhor acesso à assessoria no caso de levantamentos ambientais realizados pela empresa, o Diretor do DSST relatou os esforços que tem sido realizados para melhorar a estrutura técnica e operacional da Fundacentro. O Diretor do DSST também apoiou a realização de uma revisão ampla da NR 22, proposta pelo coordenador da Comissão, visando adequar a Norma as novas regulamentações que foram publicadas após a vigência da Norma e às realidades técnicas e organizacionais. O coordenador da CPNM solicitou às bancadas que encaminhassem à coordenação as propostas de alteração da Norma se prontificando a consolidá-las. Não tendo mais nada a ser tratado encerrou-se a reunião sendo que a data da próxima reunião marcada para o dia 14 de março de 2013, em Belo Horizonte. Lavrou-se a presente ata pelo coordenador da CPNM e que será encaminhada por meio eletrônico às bancadas para aprovação.

**Bancada do Governo:**

Mário Parreiras de Faria (SRTE/MG e Coordenador da CPNM):

Márcia Cirsitina Lopes (SRTE/ES):

Alexandre Trajano Arruda (DNPM):

Joanes Silvestre da Cruz (DNPM):

Renata Alexandra de C. Freitas (Ministério da Previdência):

**Bancada dos Trabalhadores:**

Reginaldo Célio (SINDIMÁRMORE/ES):

Hélio da Luz (CUT/SINDIMINA/RJ):

Moacir Gonçalves (CUT/Nova Lima/MG):

Luiz Aquino (CUT/Nova Lima/MG):

**Bancada dos Empregadores:**

Hermano Gomes Machado (CNF):

Paulo Gargano Rocha (CNI):

Lindomar Martins de Mesquita (CNC):